



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Doutorando em economia da FGV EESP, mestre em economia na FEA-USP, é diretor da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV Ibre



O debate sobre a reforma tributária

A duas semanas do segundo turno, a reforma tributária do consumo voltou ao centro da disputa. Na terça-feira passada, Daniella Marques, coordenadora do programa econômico de Flávio Bolsonaro (PL), afirmou que o candidato, se eleito, acabará com o split payment, sob o argumento de que o mecanismo “asfixia o capital de giro do pequeno”. Não é episódio isolado: desde o primeiro semestre, a campanha oscilou entre revogar a reforma, suspendê-la por um ano e apenas “aprimorá-la”.

Como argumentei neste espaço em maio, reverter essa agenda seria péssima ideia. Convém lembrar que nada ali foi improvisado: a discussão formal iniciou-se no começo de 2019 (PECs 45 e 110) e o tema foi amplamente discutido no Congresso até a promulga-

ção da emenda, no final de 2023. Isso não isenta a reforma de críticas. Há ao menos duas bastante pertinentes.

A primeira é a desidratação promovida pelo próprio Congresso. Com alíquota única, a alíquota de referência do IVA brasileiro ficaria em torno de 22%. Os lobbies setoriais, ao obterem regimes favorecidos, empurraram a alíquota de referência para pouco mais de 28%, a maior do mundo. A carga média segue em 22%: quem não conseguiu um favor paga por quem conseguiu. Parte desse estrago, porém, é reversível. A lei prevê avaliações quinquenais dos regimes favorecidos, a primeira em 2031, e obriga o Executivo a propor ajustes caso a alíquota de referência supere 26,5%.

A segunda diz respeito ao

cronograma. O ano de 2026 é apenas de teste, com alíquota simbólica de 1%. A CBS só será cobrada para valer em 2027, a substituição de ICMS e ISS ocorrerá aos poucos entre 2029 e 2032 e o sistema antigo será extinto somente em 2033. Até lá, as empresas conviverão com dois regimes, e os ganhos demorarão a aparecer. E, faltando poucos meses para iniciar 2027, as empresas ainda não sabem quais serão as alíquotas.

Nada disso, contudo, autoriza jogar o bebê fora junto com a água da banheira. O sistema que está sendo substituído figura entre os mais complexos do planeta e gerou um contencioso tributário da ordem de 75% do PIB, ante 0,3% na média da OCDE. A própria OCDE classificou a mudança como “conquista histórica” e

cita projeções de queda superior a 60% nos custos de conformidade. O FMI estima ganho de 6% a 11% no PIB (somente por conta do fim da cumulatividade). Em trabalho de 2020, estimei que o PIB potencial poderia ficar cerca de 20% maior em 15 anos. Ainda que as desidratações tenham reduzido essa potência, trata-se de impacto expressivo para um país que cresce pouco e envelhece rapidamente.

O split payment ilustra bem o equívoco. Previsto para 2027, de início opcional e restrito a operações entre empresas, ele assegura ao comprador o crédito do imposto pago e reduz sonegação e inadimplência. Nas contas da Fazenda, esse ganho de conformidade equivale a cerca de 2 pontos percentuais de alíquota. Eliminá-lo, portanto, significa cobrar mais de quem paga em dia, o oposto do que promete quem critica os 28%. A preocupação com o capi-

tal de giro é legítima, mas pode ser tratada com ajustes de prazo, sem desmontar o mecanismo.

Há, sim, uma agenda de aperfeiçoamento. Abreviar a transição, hipótese aventada pela própria campanha, vai na direção correta. Antecipar a primeira revisão quinquenal, em vez de esperar 2031, também. Ampliar o alcance do Imposto Seletivo permitiria reduzir a alíquota de referência. Boa parte disso se faz por lei complementar, sem suspender nada.

Já a suspensão ou a revogação exigiria nova emenda constitucional, reabririam um conflito federativo que levou quase três décadas para ser pacificado e devolveriam aos mesmos lobbies a chance de pedir mais. Empresas e fiscos que já investiram em novos sistemas ficariam no limbo. O resultado mais provável não seria uma reforma melhor, mas reforma nenhuma.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Sinduscon-RS apresentará demandas do setor ao governador eleito do RS

Entidade entregou agenda a candidatos, mas reforçará pedidos a Zucco

/ CONSTRUÇÃO CIVIL

Ana Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

Durante a disputa eleitoral, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) entregou aos candidatos ao Palácio Piratini um documento contendo suas principais demandas para o setor no Estado. Agora, conforme informou o presidente da entidade, Rafael Garcia, as agendas deverão ser reforçadas com o governador eleito, Luciano Zucco (PL).

As pautas se dividem em seis áreas principais: infraestrutura, competitividade e atração de investimentos; crédito imobiliário e o papel do Banrisul; habitação e acesso à moradia; segurança jurídica, licenciamento e desenvol-

vimento urbano; mão de obra e produtividade. Todas elas, com uma leitura de cenário no Estado e apresentação de propostas da entidade.

“É um setor de ciclos longos que sempre atravessou crises, recessões e booms imobiliários. Desde 2000, são 26 anos de muitas mudanças. De crises, pandemias e tudo isso que aconteceu. E, mesmo assim, é um setor que vem sempre se mantendo ativo. É um setor muito resiliente”, destacou Garcia, durante visita ao **Jornal do Comércio** realizada na quinta-feira, quando esteve acompanhado do vice-presidente Leonardo Treiguer e foi recebido pelo diretor-presidente do Jornal do Comércio, Giovanni Jarros Tumelero.

No aspecto da infraestrutura, o setor defende um plano estadual de longo prazo. Esse projeto de-

veria incluir obras estruturantes necessárias ao Estado, incluindo investimentos em sistemas de proteção contra cheias. Já em relação à segurança jurídica, a entidade exige regras mais claras para normas e licenciamentos para a atratividade de novos investimentos.

Um dos principais pontos abordados no documento diz respeito ao crédito imobiliário e à habitação. Diante do cenário de juros elevados, a proposta do Sinduscon-RS é de ampliar o financiamento, com o aumento das linhas de crédito do Banrisul para produção imobiliária, propondo condições especiais.

Considerando o déficit habitacional no Rio Grande do Sul, apontado no documento como sendo de 217 mil moradias em 2024, a pauta da entidade é de criar e ampliar políticas habitacionais per-



FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC

Presidente do Sinduscon, Rafael Garcia cita itens como infraestrutura

manentes. Entre elas, uma das prioridades está relacionada ao fortalecimento e à permanência do programa estadual Porta de Entrada, que auxilia no valor de entrada para a aquisição de imóveis novos ou em construção, incluindo os vinculados ao programa nacional Minha Casa, Minha Vida.

A mão de obra, especialmente a qualificada, é outra demanda do setor, e representa um desafio que afeta diferentes segmentos da economia gaúcha. Nesse sentido,

algumas das principais propostas são a de uma política estadual permanente de atração, formação e valorização dos profissionais da construção civil e a de fortalecer programas de aprendizagem e primeiro emprego. A formalização das relações laborais do setor também faz parte da agenda.

Outras pautas defendidas pelo Sinduscon-RS são relacionadas ao incentivo à industrialização, mecanização e inovação para tornar a construção mais eficiente.